



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

COLÔNIA DO SACRAMENTO: OS CONTATOS ENTRE POPULAÇÕES
AMERÍNDIAS E IBÉRICOS NA AMÉRICA MERIDIONAL (1680 – 1737).

CAIO LUCIANO BALBINOT

Porto Alegre
2º semestre de 2009

COLÔNIA DO SACRAMENTO: OS CONTATOS ENTRE POPULAÇÕES
AMERÍNDIAS E IBÉRICOS NA AMÉRICA MERIDIONAL (1680 – 1737).

CAIO LUCIANO BALBINOT

Trabalho de Conclusão do Curso de
Licenciatura em História apresentado ao
Departamento de História da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul, como
requisito parcial para a obtenção do título
de Licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Santos
Neumann

Porto Alegre

2º Semestre

2009

AGRADECIMENTOS

Este é o fechamento da graduação, que por ser um período longo, envolve diversas pessoas na caminhada. O nosso trabalho é feito de forma solitária em grande parte do tempo. Ficamos horas dentro de bibliotecas, arquivos e salas pesquisando, lendo e escrevendo. No entanto, sem orientação e o apoio das pessoas mais próximas o percurso seria muito mais árduo e difícil.

O primeiro agradecimento vai ao meu orientador, Eduardo Neumann, que sempre foi muito solícito às correspondências e orientações. Além das dicas de leituras e fontes, ajudou-me mostrando que o assunto tem fôlego para uma longa pesquisa. Muito obrigado pelas respostas imediatas de e-mails e a revisão textual.

Não conheço pessoalmente a Elisa Garcia, mas devo a ela grande parte da fundamentação deste trabalho. Foi um caso curioso: sua sobrinha, Isadora, é minha aluna de escola, e numa aula comentei sobre o estudo que estava desenvolvendo. Ela, então, disse que sua tia, Elisa, estava fazendo algo semelhante. Passada uma semana da conversa inusitada, a Isadora chegou à aula com o livro da Elisa autografado. Sendo que a Elisa mora no Rio de Janeiro! Não há palavras para agradecer esta atenção.

Aos colegas que conheci na UFRGS, que são amizades que não ficam somente no âmbito acadêmico e estendem-se aos jogos de futebol e encontros, meu muito obrigado por toda a força.

Agradeço à minha namorada, Germana, que além de me aguentar desde o início da faculdade, sempre com o tempo reduzido devido aos sábados e domingos sacrificados para a leitura dos textos, foi uma ótima companheira de viagem quando fomos à Colônia do Sacramento para a minha pesquisa. À amada, muito obrigado por estar ao meu lado com toda a cumplicidade. À família dela, que me adotou com todo carinho, em especial o Sérgio, a Ilza e a Selma, agradeço pelo tratamento fraterno.

Por fim, meu eterno agradecimento aos familiares mais próximos. O tio Henrique, o mecenas dos meus estudos. A avó Victória, a quem quero seguir a profissão de professor. Meu pai Caio, que sempre me incentivou ao estudo e aos filmes de história. Meu irmão Bruno, que divide o quarto comigo e tem que viver na bagunça de livros, cópias de textos e apontamentos dispersos, além de dividir o computador. Ao Américo, que é amigo para o vinho, padel e qualquer conversa. E o maior obrigado vai para a minha mãe, Cléia, uma lutadora que batalhou desde sempre pela minha educação, sacrificando-se para me oferecer sempre do melhor.

SUMÁRIO

RESUMO.....	4
INTRODUÇÃO.....	5
CAPÍTULO I	
1680: A PRIMEIRA TENTATIVA PORTUGUESA DE ESTABELECIMENTO NO RIO DA PRATA.....	12
CAPÍTULO II	
DO TRATADO PROVISIONAL À SEGUNDA TOMADA DA COLÔNIA DO SACRAMENTO.....	23
CAPÍTULO III	
DA PAZ DE UTRECHT AO CERCO 1735-1737.....	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
ANEXOS.....	37
FONTES E REFERÊNCIAS.....	38

RESUMO

Este trabalho busca analisar as alianças feitas entre os diferentes grupos envolvidos nas disputas pelo espaço platino em finais do século XVII e primeira metade do XVIII. Para tanto, são feitas análises dos momentos de confrontos bélicos para a expulsão dos portugueses da cidade de Colônia do Sacramento, um bastião lusitano às margens do rio da Prata. No desenvolver do estudo, nota-se que as alianças estabelecidas entre os ibéricos e ameríndios não eram estáveis, havendo na região de fronteira a possibilidade de mudança de lado ibérico por parte dos indígenas quando necessário. Ademais, os ameríndios utilizavam a situação de fronteira para barganhar frente os espanhóis ou portugueses uma condição melhor dentro do mundo colonial, haja vista que o contingente populacional indígena era de fundamental importância para os projetos coloniais das coroas ibéricas na América Meridional.

PALAVRAS-CHAVE: Colônia do Sacramento – ameríndios – fronteira – coroas ibéricas – período colonial.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como tema a cidade da Colônia do Sacramento, que foi um entreposto comercial estabelecido pelos portugueses em 1680, as margens do rio da Prata, de frente para a cidade de Buenos Aires. Foi fundada em função do interesse comercial dos lusitanos na região, desejosos da prata provinda do altiplano boliviano que era escoada clandestinamente pelo rio da Prata rumo à Europa.

Dar-se-á maior atenção às relações estabelecidas entre os grupos indígenas presentes no espaço platino e os ibéricos que se instalaram às margens do rio da Prata ao final do século XVII e primeira metade do XVIII. Visa-se, com este olhar, perceber quais foram as alianças estabelecidas entre lusos, castelhanos e indígenas, quais os interesses das diferentes partes e a utilização dos ameríndios pelos espanhóis nos ataques que a Colônia do Sacramento sofreu.

Para tanto, serão analisadas estas relações nos diferentes momentos dos ataques à cidadela, quais sejam: o primeiro, quando a praça foi invadida a mando do governador de Buenos Aires, José de Garro, e debelou a empreitada confiada a D. Manuel Lobo. O segundo momento que será analisado é a ofensiva buenairense efetuada em 1705, que resultou na evacuação da população lusitana da cidade, com a respectiva capitulação feita pelo governador Sebastião da Veiga Cabral. Por fim, o cerco espanhol à Colônia do Sacramento durante o período 1735 a 1737, sob o comando de D. Miguel de Salcedo. A escolha por este método de análise, em que se estudarão três momentos específicos dos ataques castelhanos à Colônia do Sacramento, é justificado pela maior recorrência aos indígenas em ocasiões que necessitam do contingente ameríndio para efetuar a guerra. Na leitura dos documentos, notou-se que em épocas de conflitos entre lusos e castelhanos, a busca por alianças e a preocupação no trato com os nativos locais aumentava. É neste sentido que será dada maior atenção aos momentos de conflito, em que os buenairenses tentavam expulsar os portugueses do rio da Prata, e para isso tinham que contar com o apoio de seus aliados indígenas, o mesmo podendo ser referido dos portugueses, que buscavam principalmente nos nativos não reduzidos, alianças para os momentos de conflito pela disputa do espaço platino.

Os estudos sobre a Colônia do Sacramento, na historiografia tradicional, centram-se na questão diplomática envolvendo as duas coroas ibéricas. Quando o elemento indígena aparece na história, é representado como uma massa uniforme de manipulados ao gosto de portugueses ou espanhóis.

A historiografia mais recente sobre o assunto tem abordado o tema de uma forma mais complexa, incluindo na leitura dos documentos questionamentos referentes à formação social, econômica e cultural da cidade, fugindo a uma leitura estritamente política. Neste quadro, encontramos o historiador Fabrício Prado¹. O seu trabalho é de fundamental importância para o cotejamento do assunto. Na sua obra, intitulada “A Colônia do Sacramento: o extremo sul da América Portuguesa no século XVIII”, Fabrício procura fazer uma análise de aspectos sócio-econômicos, culturais e urbanísticos da Colônia. Seu trabalho é inovador, pois defende que a Colônia não foi um estabelecimento eminentemente militar e comercial, apontando para as tentativas de povoamento através do estabelecimento de casais na cidadela. Além disso, ele mostra a expansão portuguesa em direção à banda oriental, na campanha uruguaia, em busca do gado xucro e de terras para o plantio de trigo. O trabalho de Fabrício tem maior densidade na segunda fase da Colônia, quando o governador Antônio Pedro de Vasconcelos (1722 – 1749) administrou a cidade e esta teve o seu auge econômico e populacional.

O texto de Luís Ferrand de Almeida², intitulado “A Colônia do Sacramento na Época da Sucessão de Espanha”, é fundamental para o estudo deste período de estabelecimento da Colônia de Sacramento. Utilizando cartas e documentações oficiais, o autor mostra a instabilidade política e militar da Colônia no primeiro momento do estabelecimento da praça (1680 – 1705) e sua pobreza material, sendo que a muralha para a defesa da cidadela era feita de barro. Esta é a obra que mais se dedica a fase de estabelecimento da Colônia do Sacramento. Além disso, o seu trabalho é inovador na medida em que foge a exclusividade da temática política, para tratar de assuntos como grupos sociais envolvidos nesta primeira fase e as atividades econômicas. A sua obra, portanto, quebra com a visão de que Colônia servia apenas como um entreposto comercial para furar o exclusivo colonial espanhol, mostrando que os lusitanos tinham a preocupação de desenvolvimento econômico da cidadela já nesta primeira fase de estabelecimento.

Outro autor que tratou da temática é Paulo Possamai³, na sua obra “A vida Quotidiana na Colônia do Sacramento – Um bastião português em terras do futuro

¹ PRADO, Fabrício. A Colônia do Sacramento – o extremo sul da América Portuguesa. Porto Alegre: Ediplat, 2002.

² ALMEIDA, Luís Ferrand de. A Colônia do Sacramento na época da Sucessão de Espanha. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1973.

³ POSSAMAI, Paulo César. A vida Quotidiana na Colônia do Sacramento – Um bastião português em terras do futuro Uruguai. Lisboa: Editora Livros do Brasil, 2006

Uruguai”. Nesta obra, Possamai dedica um capítulo à análise da situação dos índios na Colônia do Sacramento. Na leitura das fontes, o autor centrou-se nas tentativas de reduções e alianças promovidas pelos portugueses com os nativos da região. Além disso, mostra como o índio era utilizado na mão-de-obra dentro da cidade, haja vista que seu estatuto legal não permitia a escravização.

Cotejando esta bibliografia preliminar, notei a ausência da temática indígena tratada por um viés em que o elemento ameríndio tivesse participação nas disputas e negociações territoriais neste espaço. Afinal, a Colônia do Sacramento configura um espaço fronteiro entre as duas coroas ibéricas e os nativos que ali viviam antes da chegada dos europeus. Partindo da premissa de que os diversos grupos indígenas também participavam destas disputas pelo espaço platino, o presente estudo pretende visualizar como essas relações de confronto e aliança, com vistas a dominar o espaço, foram estabelecidas entre os diferentes grupos presentes na região do Prata na passagem do século XVII para o XVIII e na primeira metade desse século.

O trabalho, portanto, buscará trazer para a discussão a participação dos indígenas na conformação territorial platina, mais especificamente a cidade da Colônia do Sacramento. A leitura dos documentos será feita a luz de uma visão em que o índio conhecia a situação fronteira e valia-se dela para lutar pelo seu espaço frente às coroas ibéricas, por mais que isso tornasse necessárias as alianças com portugueses ou espanhóis. Este trabalho, portanto, visará preencher esta lacuna no estudo da temática indígena na história da América.

A atual historiografia referente à questão indígena analisa as relações entre índios e europeus (no caso platino, portugueses e espanhóis) através de um viés que não privilegia a dicotomia dominante/dominado, tentando ver o elemento ameríndio como personagem histórico participante das questões políticas, econômicas e culturais que formaram o espaço iberoamericano. Até então, nos livros de história da América, acadêmicos ou didáticos, encontra-se uma narrativa onde o papel atribuído ao índio é o de apenas vítima das mazelas provocadas pela sociedade europeia na dominação e colonização da América. Os historiadores atuais que produzem sobre esta questão afirmam, no entanto, que houve um choque no contato entre indígenas e europeus. Para eles existiu, sim, um “encontro”, nas palavras de John Manuel Monteiro, das populações ameríndias com a expansão européia. O que não se pode fazer, todavia, é *“reduzir essa experiência à simples caracterização das sociedades indígenas como*

*vítimas das iniquidades dos brancos [já que] é cometer mais uma injustiça, que se soma a tantas outras.”*⁴

Neste sentido, em vez de se pensar a história dos povos indígenas por um olhar único de destruição e extinção que levou à marginalização destes povos, tem-se a perspectiva na qual podemos reinterpretar o papel indígena na formação do espaço no qual estudamos (no caso, o Prata). Assim, John Monteiro indica que poderíamos estudar a história indígena por um viés de recriação de identidades frente o contato com os europeus, na medida em que *“tanto as sociedades que se mantinham avessas ao contato, [...], como as que foram mais intensamente envolvidas nos esquemas coloniais tiveram que adotar novas formas de resistência, muitas vezes lançando mão de estratégias, retóricas e materiais buscados entre os europeus.”*⁵

Sabe-se que o sistema colonial, tanto da coroa espanhola quanto da lusitana, centrou-se em algumas regiões americanas. No caso espanhol, inicialmente, foi dada maior atenção por parte da coroa às regiões do México e do Peru, devido as suas peculiaridades econômicas encaixarem-se na exploração colonial, principalmente na questão da obtenção de metais nobres e produtos tropicais. No caso português, a economia voltada para a extração de riquezas da mata atlântica e a produção de cana-de-açúcar levaram os lusitanos a ocupar o litoral nordestino até a região conhecida hoje como sudeste no período estudado pelo presente trabalho. Assim, a região do rio da Prata mostrava-se como periférica nos interesses das coroas ibéricas, sendo que foi de ocupação tardia em relação aos demais territórios ibero-americanos. Helen Osório⁶ indica os fatores para esta ocupação ter ocorrido tardiamente: apresentar uma população autóctone pouco organizada e dispersa, condições climáticas não propícias à produção para exportação e ausência de metais preciosos. Ou seja, a região do Rio da Prata não foi ocupada, num primeiro momento, por espanhóis e portugueses por não apresentar condições ideais a prática da economia mercantilista, qual seja, a de exportação de produtos primários e extração da riqueza natural, nomeadamente metais preciosos.

A região do Prata só veio a ser integrada na política colonial no final do século XVI, com a fundação de Buenos Aires, em 1580, na margem sul do rio da Prata. No entanto, o funcionamento desta povoação na região era eminentemente mercantil. A

⁴ MONTEIRO, John Manuel. Armas e armadilhas: história e resistência dos índios. In: NOVAIS, Adauto (org.). A outra margem do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 238.

⁵ Idem, p. 242.

⁶ OSÓRIO, Helen. Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino. Dissertação de mestrado - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Curso de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 1990. p. 34.

região do Prata tornou-se importante na vida colonial da América espanhola porque significava uma saída alternativa do metal extraído do altiplano boliviano. Havia um comércio monopolista entre Lima e Sevilha incentivado e regulamentado pela Coroa espanhola. Buenos Aires mostrava-se como uma região de menor controle, sendo uma alternativa à quebra deste monopólio comercial e servindo como porto escoadouro da prata potosina⁷.

No século XVII, os portugueses passam a se interessar pela região platina por motivos mercantis. O sistema colonial espanhol oferecia flancos comerciais consideráveis.⁸ Dentre eles, o que mais interessava aos portugueses era o de introdução de negros escravos, com o que os lusitanos obteriam neste comércio a prata potosina.⁹

O espaço platino constituiu-se historicamente como uma fronteira. Compartilho da idéia de que o espaço fronteiriço é mais que o fruto de disputas diplomáticas (neste caso entre as coroas ibéricas) e militares. Concordo com Helen Osório quando afirma que essa visão de fronteira é insuficiente, sendo que “... *as fronteiras podem ser culturais, lingüísticas, tecnológicas, agrárias; podem trazer consigo a idéia de zonas, ou de linhas plenamente demarcadas.*”¹⁰ As fronteiras, são, portanto, determinadas pela ação humana em sociedade, assim como o espaço sofre interferência da atividade humana. A historiografia que defende a formação de fronteiras através de parâmetros naturais esquece-se da ação humana nesta conformação, passando a responsabilidade de estabelecimento de fronteiras à natureza, caindo numa “...*concepção teológica que apresenta os quadros físicos como que preparados pela Natureza para o desenvolvimento dos Estados.*”¹¹

Por ser um espaço fronteiriço, o Prata causava às coroas ibéricas preocupação com a ocupação deste território, com vistas à defesa de suas possessões. Os grupos indígenas deste espaço foram, por este motivo, razão de disputa entre Portugal e Espanha, já que poderiam representar a povoação em nome dos monarcas ibéricos e impedir o avanço territorial do vizinho ibero-americano. Como afirma Elisa Garcia, “*Da perspectiva dos estados europeus, a obtenção de alianças com os índios era uma parte*

⁷ POSSAMAI, Paulo César. A vida Quotidiana na Colônia do Sacramento – Um bastião português em terras do futuro Uruguai. Lisboa: Editora Livros do Brasil, 2006 pp. 40-41.

⁸ NOVAIS, Fernando A. Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial (séculos XVI – XVIII). São Paulo: Brasiliense, 1977. p. 55

⁹ OSÓRIO, Helen. Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino. Dissertação de mestrado - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Curso de Pós-Graduação em Historia, Porto Alegre, 1990. p. 37

¹⁰ Idem, p. 29.

¹¹ Idem, p. 31.

fundamental da sua política expansionista. Tais alianças eram ainda mais importantes nas regiões fronteiriças, onde os estados competiam entre si por territórios e vassalos".¹²

Por outro lado, ao mesmo tempo em que os portugueses e espanhóis disputavam a vassalagem dos grupos indígenas, estes viam na condição fronteiriça e nas contendas entre os ibéricos, oportunidades de utilizar estas disputas ao seu favor, colocando-se de um ou de outro lado (ou de ambos quando a conjuntura permitisse) a fim de tirar proveito desta situação de litígio. Manter uma relação de fidelidade e amizade com o rei fidelíssimo (português) ou católico (espanhol) poderia representar a determinado grupo indígena a possibilidade de ter acesso a vantagens, proteção militar ou a artigos que os ibéricos detinham. Segundo Elisa Garcia,

“[...] a população indígena dominava muito bem a situação de permanente litígio da região e nela se inseria, aproveitando-a do melhor modo possível. Portanto, quando aponto que os índios percebiam a situação de fronteira de uma maneira diferente é porque muitos deles desenvolveram naquela conjuntura a possibilidade de ir e vir de um lado para outro, podendo, de acordo com as suas habilidades e com as conjunturas ibéricas, passar sem maiores problemas de vassalos do rei católico para do rei fidelíssimo e vice-versa”.¹³

Tem-se, portanto, que os grupos indígenas eram de fundamental importância para os interesses expansionistas das coroas ibéricas no Prata, já que significavam povoamento e proteção militar contra ameaças vindas da outra monarquia ou de tribos hostis à presença europeia. E os indígenas, por sua vez, utilizaram-se desta situação para se colocar na política colonial de acordo com os seus interesses, reivindicando seus desejos perante o monarca que os tivessem como vassalos. É o caso, por exemplo, dos guaranis missioneiros, que colocavam-se com súditos do monarca espanhol e dos minuanos que escolheram os portugueses como aliados e o rei fidelíssimo como suserano.

Estas alianças, no entanto, não eram tão dicotômicas e estáveis como sugeria a historiografia tradicional. Há, no estabelecimento das alianças, uma fluidez de contratos que se regia de acordo com o contexto. Assim, os minuanos puderam em algumas situações manter contatos com os castelhanos e guaranis, quebrando o pacto com os

¹² GARCIA, Elisa. Quando os índios escolhem os seus aliados: as relações de “amizade” entre os minuanos e os lusitanos no sul da América portuguesa (c.1750 – 1800). Artigo publicado na revista *Varia História*, Belo Horizonte, vol.24, no 40: p. 613 – 632, jul/dez. 2008. p. 614.

¹³ GARCIA, Elisa. As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América Portuguesa. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009. p. 128.

portugueses, e mais tarde reatando estes laços com os lusitanos.¹⁴ Ou seja, os grupos indígenas sabiam negociar com os grupos antagônicos com vistas a se inserir dentro das disputas coloniais. Logo, não eram indiferentes ou totalmente hostis à presença europeia.

A formação do atual Estado do Rio Grande do sul está ligada às disputas territoriais que envolveram as coroas ibéricas ao longo dos séculos XVII, XVIII e início do XIX pelo domínio da região platina. Certamente a documentação existente sobre essas relações de disputa entre Portugal e Espanha é abundante e os historiadores debruçaram-se sobre elas para explicar a formação do espaço platino. Há, no entanto, outros elementos que não foram contemplados nessas historiografias que viam a disputa territorial através da dubiedade espanhola versus a portuguesa. Refiro-me a fronteira indígena existente na região platina, haja vista que neste espaço o elemento autóctone era em maior quantidade populacional se comparada aos ibero-americanos.¹⁵ Dentro das disputas entre as coroas ibéricas, era muito importante contar com o apoio e amizade dos autóctones da região, já que o contingente populacional deveria ser abundante numa região fronteira que tem como principal função a proteção militar e a povoação para determinar a ocupação do território. Em contrapartida, os indígenas tinham os seus interesses em se aliar, ou não, aos portugueses ou espanhóis.

Deve-se fazer uma breve caracterização dos grupos ameríndios envolvidos no espaço platino. O primeiro grupo que será referido neste trabalho é o guarani, que aqui será tratado como o índio reduzido, que aceitou a vida nas missões jesuíticas e valeu-se desta condição de alguns fatores que lhe eram benéficos, como a apropriação da escrita. Por vezes o texto trará a denominação “tape”, que é uma terminologia utilizada para representar os guaranis reduzidos na região noroeste do atual Rio Grande do Sul, região esta conhecida como o Tape.

Outro grupo indígena importante é o jê, que atualmente é conhecido com a denominação caingangue. Diferentemente dos guaranis, os jês foram desde cedo refratários ao contato com os brancos, não aceitando a vida nas reduções, desejando a continuidade da liberdade de movimentação, adotando um sistema nômade ou semi-sedentário. Viviam principalmente em regiões de planalto. É importante salientar que

¹⁴ GARCIA, Elisa. Quando os índios escolhem os seus aliados: as relações de “amizade” entre os minuanos e os lusitanos no sul da América portuguesa (c.1750 – 1800). Artigo publicado na revista *Varia História*, Belo Horizonte, vol.24, no 40: p. 613 – 632, jul/dez. 2008. p. 614.

¹⁵ NEUMANN, Eduardo. A fronteira tripartida: a formação do continente do Rio Grande - século XVIII. In: Luiz Alberto Grijó; Fábio Kuhn; Cesar Augusto Barcellos Guazzelli; Eduardo Santos Neumann. (Org.). *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 25-46.

estes são grandes troncos, que envolvem subdivisões, como na banda oriental, onde existiam os valomares, bohanes, yaros, chanaes e demais grupos.

Os pampeanos formam o último e menos numeroso grupo indígena. Entre eles, estão os conhecidos minuanos e charruas. Se comparados aos outros grupos ameríndios, tiveram maior aproximação aos lusitanos. Assim como os jês, não aceitavam a vida na redução.

Quando o termo “infel” for utilizado no trabalho, estará se referindo ao índio não-reduzido. O termo será utilizado entre aspas, pois denota uma visão eurocêntrica, na qual o índio é infel tanto por não seguir a religião católica, quanto por não se poder confiar no indivíduo, já que este não é súdito de uma coroa europeia nem segue os preceitos cristãos, e, portanto, provavelmente não é “fiel”.

Dentro do contexto de disputa territorial entre as coroas ibéricas, como os grupos indígenas estão inseridos na cidadela da Colônia de Sacramento no período da passagem do século XVII para o XVIII? Como eram estabelecidos os contatos entre os governadores da primeira (1680 – 1705) e segunda (1715 – 1737) fases da Colônia de Sacramento e os autóctones da região da banda Oriental? Como esses indígenas lidavam com as disputas entre espanhóis e portugueses?

Parti do pressuposto de que nas relações que se estabeleceram entre os indígenas e os lusitanos, na região do Prata, no período que vai desde as últimas duas décadas do século XVII até a primeira metade do XVIII, os primeiros inseriram-se na disputa pelo espaço entre as duas coroas ibéricas, valendo-se na condição de fronteira para poder barganhar entre o lado lusitano e castelhano.

Embora o período no qual o estudo pretenda debruçar-se seja distante temporalmente, e os documentos se encontrem em arquivos longínquos, como Portugal, Rio de Janeiro, Buenos Aires e Montevideú, as fontes não são tão escassas. Isso ocorre porque há uma preocupação em se realizar publicações de fontes referentes à Colônia do Sacramento e a região do Prata, talvez pela importância que a cidade adquiriu na história colonial americana.

CAPÍTULO I

1680: A PRIMEIRA TENTATIVA PORTUGUESA DE ESTABELECIMENTO NO RIO DA PRATA.

A iniciativa de se fundar um bastião português às margens do rio da Prata foi um misto dos interesses particulares dos comerciantes cariocas e das ordens reais de D. Pedro com fins de aumentar as suas posses americanas. Foi assim que ao final da década de 1670, os luso-brasileiros do Rio de Janeiro preparavam-se para rumar ao sul atlântico e entrar no estuário platino para fundar a desejada povoação próxima a Buenos Aires, porta de saída do contrabando nesta região. Foi confiada a D. Manoel Lobo, então governador da cidade do Rio de Janeiro, a incumbência de capitanear a expedição lusitana. O monarca português, preocupado com o sucesso da empreitada, lançou mão de algumas instruções que D. Manoel Lobo deveria seguir, que datam do dia 18 de novembro de 1678. Nelas, podemos notar uma série de preocupações que se deveriam ter com as populações indígenas habitantes da região que se desejava ocupar:

“[...] el gentio de aquel desierto questtuviere em mi dominio se rreduzga a la fee de christo para lo qual le dareis todo buen agasaxo y tratamiento posible el qual si quisiere darne Vasallage usareis con el en aquella forma que se acostumbra con los que Piden mi obediencia con escriptura que se ara y a este se guardaran los privilegios y exsenciones de los que son mis Vassalos conforme a las leies del Reino, conservandolos en paz y dandoles toda la ayuda y favor que fuere posible para librarlos de las violencias de enemigos y de las vejaciones que les hicieren los blancos Para que assi se consiga el rreducirlo a la fee y para que sea de mexor efecto estta Reduccion llevareis algunos Generos de que este genttio ussa Para rrepartir entre ellos y obrigarles Por este medio y buen trato a la comunicacion de los portugueses y os sera mas facil Valeros del para el travaxo necessario pagandole puntualmente su jornal ocupandolo.”¹⁶

Já em 1678, quando o monarca português passava estas instruções para a ocupação da ilha de São Gabriel, indicando que deveria passar os campos de Montevideú e fundar a povoação de frente a Buenos Aires, havia nas ordens régias uma preocupação no tratamento de que o D. Manuel Lobo deveria ter com as populações indígenas. Primeiro, D. Manuel Lobo deveria tentar reduzir os índios a fé cristã, sem haver, no entanto, menção a levar a cabo reduções religiosas.

Para cooptar essa população à causa portuguesa, o monarca ordena duas tarefas. A primeira consiste em auxiliar os indígenas em possíveis disputas locais, ou mesmo contra os brancos, neste caso podemos subentender os espanhóis, que por ventura lhe fizeram “vexações”. O que se deve ressaltar nesta ordem, é que os colonos que estão partindo rumo ao rio da Prata, ao encontrarem-se com as populações indígenas locais, deverão mostrar-se como aliados às suas causas e possíveis disputas

¹⁶ Campaña del Brasil – pp. 67-68

que estejam envolvidos. A segunda forma de cooptação consiste em levar para a missão artigos que possam agradar aos indígenas, uma prática muito comum de conceder mimos esperando, em troca, a fidelidade dos nativos. D. Pedro deixa explícito que estes regalos servirão para iniciar uma comunicação entre os grupos locais e os portugueses incumbidos da missão de povoar a ilha de São Gabriel.

Para caso dos indígenas desejarem viver entre os portugueses, dever-se-ia estabelecer uma povoação em que a liderança temporal estaria a cargo do cacique da tribo e a administração espiritual seria exercida por um cura nomeado pelos colonos lusitanos. Quanto à terra que deveria se dispor para estes povoamentos, o monarca ordena que os nativos deverão ser donatários de quanto espaço seja necessário para o seu sustento.

Mas não só dos índios que desejavam estar ao lado dos portugueses D. Pedro se preocupou. Nas suas ordens a D. Manuel Lobo, lembrou-se de um importante elemento: o índio “infiel”. Nas suas instruções, encontramos a seguinte solicitação: “*Y el gentio que no quisiere dar Vassallage y solamente azeptare nra. Amistad y comercio lo conservareis con todo buen tratamiento y agasajo no consientiendo que les haga violencia para que asi pueda libremente comerciar y sera este el medio con que adquirireis todo lo de aquel desierto [...]*”¹⁷. O objetivo ao dar esta ordem parece claro, qual seja, de que este contingente populacional, mesmo não estando oficialmente subordinado à coroa lusitana, deve ser cooptado por laços de amizade e de comércio. Os portugueses tinham o interesse de resguardar este território fronteiriço, e a participação destes grupos de índios não reduzidos poderiam ser de importantes aliados numa possível disputa com os espanhóis ou mesmo contra outras tribos hostis à presença portuguesa.

Quando Manoel Lobo rumava ao rio da Prata com fins de fundar a nova Colônia do Sacramento, as instruções régias eram claras quanto ao bom tratamento que os colonos deveriam ter para com os índios. O ideal seria formar aldeamentos em que a administração ficaria a cargo de seus “principais”, mas se isto não fosse possível com todos os nativos, que ao menos se mantivesse uma boa relação com os que não aceitaram a subordinação à coroa lusitana. Parece haver aí um esforço português para amenizar a má imagem que os indígenas da região platina faziam dos lusitanos,

¹⁷ Campaña del Brasil p.68.

principalmente as populações missioneiras, que ainda guardavam na memória os ataques bandeirantes que só findaram com a Batalha de Mbororé.

Inicialmente, os contatos de D. Manuel Lobo com o governador de Buenos Aires, D. José de Garro, eram no sentido de argumentar a posse portuguesa naquele território, com justificações dos geógrafos lusitanos que defendiam as leis das “fronteiras naturais”, pelas quais o domínio português na América era determinado pelos rios Amazonas ao norte rio da Prata ao sul, o qual configuraria uma divisão natural entre os domínios castelhanos e lusitanos.

Na documentação há uma preocupação constante por parte dos castelhanos com a Redução de Santo Domingo Soriano.¹⁸ Quanto a esta redução jesuítica, próxima ao local que se estabelecera a Colônia do Sacramento, um soldado espanhol que foi mandado averiguar a situação dos portugueses do outro lado do rio da Prata, relatou a preocupação dos lusitanos em ter informações sobre a Redução de Santo Domingo Soriano. Segundo este soldado, de nome Fernando Antonio de la Fuente, estes índios, ainda “indomesticados” e em processo de cristianização pelos padres jesuítas, poderiam representar um perigo para os castelhanos, já que os lusitanos buscariam ter comunicações com os nativos em busca de gado vacum e cavalos.¹⁹ Esta situação demonstra a preocupação castelhana com o fornecimento de víveres e montaria por parte dos indígenas aos portugueses, algo que, como veremos, eles souberam utilizar e por vezes comercializavam com os dois lados ibéricos. Embora a redução pudesse mostrar-se instável por comercializar com os portugueses, admitia-se que este contingente ameríndio era importantíssimo em possíveis defesas territoriais e no impedimento de acesso dos lusitanos à campanha e ao gado.²⁰

¹⁸ Sobre esta redução jesuítica, Diego Braco nos traz as seguintes informações: “La reducción de indígenas, principalmente chanés, llamada Santo Domingo Soriano modificó varias veces su lugar de ubicación. Aún cuando inicialmente en la ribera derecha del río Uruguay, siempre estuvo emplazada cerca de la desembocadura de río Negro. Esa reducción, además de albergar un importante contingente chaná, sirvió como sitio de *desnaturalización* para otros indígenas. También operó como lugar de contacto cultural para charruas, que si bien no se integraron a ella, acamparon con frecuencia en sus enmediaciones. Asimismo proporcionó amparo a parcialidades que llegaron a sus inmediateces buscando la protección del gobernador de Buenos Aires. En la perspectiva de esa ciudad, fue emplazamiento estratégico para el control económico, y militar de los territorios orientales del Paraná, al menos hasta la tardía fundación de Montevideo.” BRACCO, Diego. Charrúas, guenoas y guaraníes: interacción y destrucción. Indígenas en el Río de la Plata. Montevideo: Linardi y Risso, 2003. p.213

¹⁹ Campaña del Brasil, p. 134.

²⁰ Campaña del Brasil, p. 138 - “Y q. estos estan muy Instruidos En las Armas como si fueran Españoles, Y q. En las ocasiones q. se an ofressido an Vajado la Canttidad dellos q. sea mandado por los Governadores, con mucha punttualidad Y q. el numero de Indios q. ay en dhas misiones de Armas Es muy considerable”.

Passado um mês da chegada dos portugueses do outro lado do rio da Prata, o governador de Buenos Aires determinava a organização de uma força castelhana para expulsar os lusitanos. Para isso, requeria o considerável contingente de 3.000 índios missioneiros²¹. Nas instruções do padre Altamirano aos padres jesuítas, ele informava que os portugueses haviam se estabelecido e a povoação já estava adiantada, além de os lusitanos estarem cometendo ataques a Buenos Aires²². Exageros que serviriam para ter maior sucesso o recrutamento dos índios missioneiros, haja vista que as condições de estabelecimento dos primeiros colonos que vieram com Manoel Lobo eram deveras precárias e não representavam um perigo militar aos castelhanos. Dentre as recomendações aos padres, há a de tratar bem os índios na guerra e nomear dois mestres de campo indígenas: um para os índios das doutrinas do Paraná e outro para as do Uruguai. Ainda nas instruções, o padre determinava que os índios deveriam levar consigo instrumentos musicais para animar os soldados, além de se confessarem antes de partir à guerra.

O mestre de campo responsável pelo desalojamento dos portugueses era Antonio de Vera Mujica, que, ao final de fevereiro de 1680, recebeu instruções do governador Garro, nas quais constava a informação de que ele contaria para tal empreitada com os três mil índios missioneiros. Mas não somente dos índios missioneiros deveriam preocupar os espanhóis. Na instrução de número 3, fica claro que os espanhóis deveriam chegar à frente dos portugueses na disputa pela aliança com os charruas. Esta preocupação fazia sentido em tempos de guerra, haja vista que este grupo indígena era um importante contingente na banda oriental. De acordo com as instruções, o mestre de campo deveria esforçar-se ao máximo para não deixar os charruas passar para o lado dos portugueses, oferecendo-lhes, inclusive, algo de seu interesse para facilitar a cooptação. São palavras do governador buenairense:

“Si en este intermedio ó en otro qualquiera tiempo antes ó despues (que en qualquiera es muy comvinente) aviendo Inquirido donde se hallan los Indios llamados charruas los procure atraer assi haziendo-les notorio lo que le paresiere Y ofrezzerles algun interes desuerte que se consiga ô por bien ô por mal el que dhos. Indios de cuyas naciones y casiques se le remite con esta memoria aparte no bayan à hablar con dhos. Portuguesses ni les den

²¹ Campaña del Brasil, p.. 155 – “Para el buen acierto de ella pide el S.^{or} Governador tres mil Indios de estas doctrinas todos armados, la mitad de acaballo e la mitad de apie, y estos se le an de embiar con toda puntualidad.

²² Campaña del Brasil, p.155.

socorros movidos de la novedad ô de algunos engaños Y todo lo demas que Ya en este punto se le tiene escrito y por mas conveniente previniere.”²³

No período que antecede o primeiro ataque à Colônia de Sacramento, o governo de Buenos Aires promovia rondas pelo rio da Prata e sua banda norte para averiguar a situação dos portugueses ali estabelecidos. Nestas expedições, era comum o aprisionamento de índios e portugueses, que eram trazidos para a cidade espanhola e inquiridos sobre as condições dos lusitanos, quais seus objetivos, número de pessoas e víveres etc. Foi o caso de doze índios tupis fiéis aos portugueses que vieram parar nas mãos dos espanhóis²⁴. Estes indivíduos eram naturais de São Paulo, dos aldeamentos de São Miguel. Nas suas entrevistas aos espanhóis, forneciam informações das frágeis estruturas defensivas da Colônia do Sacramento, do pequeno número de habitantes – aproximadamente 500, sendo que dois terços eram brancos e um terço de índios e negros – e da fome que passavam os primeiros colonos que tentavam estabelecer ali um bastião português. Estas informações serão utilizadas para o ataque espanhol à Colônia do Sacramento.

Em meados do ano 1680, em pleno andamento das preparações de guerra para expulsar os portugueses, um grupo dos índios missioneiros, que estavam ali para guerrear contra os lusitanos, mantiveram comércio com os habitantes da Colônia do Sacramento. Este é um trecho de um “processo secreto instruído por Vera y Mujica aos índios guaranis sobre sua tentativa de vender carne aos portugueses sitiados”:

“[...] tube notícia que los Índios Guaranis de las reducciones q.e Vienen por amigos se comunican de socapa con los portuguesses de la poblacion y los socorren de carne y caballos, delitto gravissimo, para remedio del qual mande hacer e hice esta caveza de processo secretta [...]”²⁵

Primeiro, o processo deveria se dar por via secreta, o que dá crédito às informações, já que havia uma aparente preocupação em não deixar vaziar os dados contidos no relatório. Segundo, este caso vai contra a ideia de que os guaranis foram sempre aliados dos espanhóis durante este período. Esta visão traz a idéia de que os guaranis eram movidos às guerras contra os portugueses por um sentimento de ódio proveniente das incursões bandeirantes durante o século XVII, e que vieram a ter fim com a batalha de Mbororé. Este caso demonstra o quão móveis eram os interesses dos

²³ Campaña del Brasil, p. 157

²⁴ Campaña del Brasil, p. 190

²⁵ Campaña del Brasil, p. 211.

indígenas, que viram na oportunidade de contato com os portugueses a possibilidade de fazer comércio de gado e cavalo, mesmo que na prática estivessem ali para guerrear contra os lusitanos. Ainda nos traz a percepção indígena da região fronteira que se estabelecera no rio da Prata e que poderiam se valer das disputas ibéricas para tirar proveito, neste caso através do comércio.

Nas declarações do capitão buenairense Domingo Caraballo e de alguns de seus soldados, foi dito que os guaranis, além de não dissimular o comércio que estavam a fazer com os lusitanos, ameaçaram pegar em armas contra os espanhóis caso estes tentassem impedir a transação.²⁶ Embora estes índios guaranis mostrassem agressividade pela situação de perigo em que se encontravam, um dos soldados declarou que nada poderiam fazer para punir o crime cometido pelos índios, já que, nas palavras dele “[...] y q.^e por la orden q.^e hasta aqui se tenia dada que trattassen bien â los Yndios [...]”.²⁷ Havia, portanto, uma determinação governamental vinda de Buenos Aires para não atacar ou punir os índios, haja vista que uma pena mal aplicada ou considerada injusta pelo grupo indígena poderia mudar toda a situação, e, de aliados, eles passariam a inimigos somando-se às forças portuguesas. A questão era delicada: dever-se-ia estancar o contato destes guaranis com os portugueses, e isto requereria alguma forma de punição para os transgressores. No entanto, ao punir poderiam estar abrindo uma brecha para a causa portuguesa, por mostrar-se como mais atraente para as populações indígenas.

A estratégia castelhana de provocar a falta de mantimentos era fundamental para enfraquecer os portugueses. Já no início da empreitada lusitana, por não receber os mantimentos prometidos que viriam do Rio de Janeiro, os portugueses estavam passando fome, o que provocava muitas deserções para a outra banda do rio da Prata. A atitude dos guaranis missioneiros ia, portanto, na contramão dos planos castelhanos para expulsar os portugueses da região.²⁸

²⁶ Idem. “[...] q.^e lo que save es que al romper del día estando sittiando con su compañía la fortaleza de los Portugueses Vido venir a ella dos Yndios Guaranis de los que doctrinan los religiosos de la compañía de Jesus cargados de carne, Y ataxandolos, le dixeron que la Yban â Vender a los portuguesses, Y queriendolos Volver hubieron de empuñar las Armas Y por q.^e no subcediesse algun motin ó desgracia los reduxo a que se Volviessen por Via, como lo hicieron al pæsser [...]”

²⁷ Campanha del Brasil, p. 212.

²⁸ Coleção de Angelis. Tomo V. p. 33 – “En este tiempo se iban pasando a nuestros reales algunos Portug.^s oprimidos de la hambre q dieron rason del. mucha necesidad q padecian [...]. Suciodionos aqui un accidente, q frusto todas las esperanças de cogellos por hambre porq unos Indios de los 3000 llevados de su natural facil y curioso se llegaron al Fuerte, y ganados con algunos donecillos les dieron 23 vacas vivas, y algunas muertas en pedaços, y 29 cavallos. Descubiertos fueron castigados severam.^{te}”

Interessantes são as justificativas que os índios missioneiros, depois do ocorrido, irão prestar aos espanhóis do “crime” que haviam cometido. Segundo eles, estavam comercializando com os portugueses com fins de melhor conhecer a fortaleza para o posterior ataque, como se estivessem utilizando o comércio de pretexto para ir até Colônia do Sacramento e averiguar o que já se havia feito em questão defensiva. Logicamente esta reação é indício de que os missioneiros conheciam a gravidade que os espanhóis encaravam a situação, tentando achar uma desculpa pela falta cometida.²⁹

A decisão que Vera y Mujica, mestre de campo buenairense, deveria tomar agora, era delicada. Ele frisa que era necessário encontrar uma maneira de estancar o contato dos missioneiros com os portugueses, caso contrário a vitória castelhana poderia ser ameaçada. Em contrapartida, a punição que seria aplicada não poderia ferir o orgulho ou desagradar às lideranças indígenas. Como ele mesmo expressou sua situação: “[...] *teniendo consideracion al corto num.^{ro} de Españoles con q.^e me hallo y no dar lugar a que haya Un Motin [...] suspendo p.^r agora el Mandar Alcabuzear al dho. Yndio primeiro, por ser esta gente tan sobre sí Y que contener al primero preso no han tenido emmienda [...]*”³⁰. Na sua fala, encontramos o receio de haver poucos espanhóis naquela situação de guerra, e que este contingente missioneiro seria crucial na luta contra os lusitanos, e por isso todo cuidado na punição, que acabou ficando por 100 açoites. Nas instruções para expulsão dos portugueses que Vera y Mujica recebera de D. José de Garro havia a ordem de cumprir a pena de morte ao indivíduo que ajudasse os portugueses, o que não foi colocado em prática devido tanto à possível reação dos missioneiros quanto à perda de um considerável número de combatentes.

Passado alguns dias ao acontecido e antes das punições, um padre da Companhia de Jesus que estava acampado junto aos guaranis, teve que sair em defesa dos seus respectivos índios reduzidos. O padre Pedro Ximenes teve que desmentir informações que circulavam nos acampamentos castelhanos, segundo os quais os missioneiros degolariam os espanhóis, caso fossem punidos em função do incidente do tráfico de carne e cavalos com os portugueses.³¹ O importante para a nossa presente análise não é a veracidade do boato, mas que havia este medo da reação dos guaranis ao

²⁹ Campaña del Brasil - p. 214

³⁰ Campaña del Brasil, p. 214

³¹ Campaña del Brasil, p. 218 – “Se ha dicho en varias partes q.^e yo dije al maese de Campo Ant.^o de Vera q.^e Los Yndios Guaranis estaban amotinados, y me avian dicho q.^e degollarian a los españoles q.^e en el ay si acaso les castigasen Lo q.^e avian echo [...]”

puní-los, ao ponto de chamar um padre jesuíta para esclarecer a situação e tranquilizar as lideranças buenairenses.

Nas declarações aos castelhanos de dois índios tupis que foram aprisionados junto aos portugueses, há a informação de que os portugueses, quando dos contatos comerciais da venda de carne e cavalos, tentaram impressionar os guaranis com regalos e mimos, prática comum quando se queria cooptar para a sua causa grupos indígenas.³²

Até pouco antes do ataque efetivo à fortaleza portuguesa, o clima de insegurança que a aliança missioneira trazia preocupava o mestre de campo buenairense, que em correspondências com o governador D. José de Garro discutia este problema: “[...] *bien conoze Vm. A los Yndios su Ynestabilidad llevados de la novedad del Ynteres [...]*”³³. Esta carta ainda se referia ao acontecimento do tráfico com os portugueses, mas demonstra que durante toda a concentração das forças hispânicas, o receio que a fidelidade guarani se quebrasse era constante.

Por fim, em julho de 1680 as forças hispanoamericanas estavam prontas para a batalha que expulsaria os lusos do rio da Prata, ao menos por algum tempo. O mestre de campo contava com aproximadamente 3000 índios das reduções (este número deve ser relativizado porque algumas doutrinas não conseguiram enviar seus contingentes) e mais 250 espanhóis. Já do outro lado, os portugueses estavam numa situação difícil. Segundo Luís Ferrand de Almeida, o número de colonos estava entre 400 e 500 pessoas. Pela natureza da empresa, a maioria da população era de militares.³⁴ Além do número diminuto de combatentes, os portugueses não tiveram tempo nem condições para erigir estruturas defensivas que garantissem uma resistência ao cerco. Os buenairenses defendiam a necessidade de ataque imediato, pois quanto mais tempo se oferecesse aos lusitanos, maiores as chances deles de atrair os gentios ou de cooptar os guaranis, ou parte deles, para a sua causa.³⁵

As batalhas não tiveram uma duração longa, haja vista as estruturas defensivas portuguesas serem frágeis e o número do exército castelhano ser superior em função da

³² Campaña del Brasil, p. 219 – “[...] a los cuales regalaron y dieron de comer en el Almacen Y les mostraron toda la grandeza de los Generos que traen [...]”

³³ Campaña del Brasil, p.224

³⁴ ALMEIDA, Luís Ferrand de. A Colônia do Sacramento na época da Sucessão de Espanha. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1973. p. 51

³⁵ Campaña del Brasil, p.226 – “[...] Y por que la concurrencia sercana se han ocasionado algunas comunicassiones del cressido jenttio que de nrâ. Parte ay, de las cuales puede resulltar algun engaño a persuassion del dho. g.^l manuel Lobo que con la dilassion de ttenerle sitiado se enttibie El selo q.^e han manifestado en el servissio de su magestad Los Yndios de dhas. Redussions Y ottros q.^e allí concurren como Yncapazes Y amigos de novedades de q.^e se siguen mayores Ynconvenientes Y mas dilattada guerra Y en cressido costo de la R.^l hassienda.”

contribuição missioneira. Num auto de 8 de agosto de 1680, dava-se a notícia, em Buenos Aires, da vitória dos castelhanos e da prisão do governador D. Manuel Lobo. As fontes narram o fervor como os índios agiam nas batalhas, sendo inclusive prejudiciais em determinados momentos que se exigia o ataque surpresa e os índios, com sua gritaria, alertavam os inimigos do ataque. Ao final das batalhas, os espanhóis e o cacique D. Ignacio Amandau – um dos três chefes das tropas missioneiras – tiveram que socorrer D. Manuel Lobo, pois os índios queriam matá-lo, talvez em demonstração de fidelidade à Espanha e aversão ao inimigo lusitano.³⁶

Após a guerra, em reconhecimento a ajuda guarani, mandou-se distribuir aos índios certificados recomendando a sua lealdade, valor e méritos.³⁷ No botim de guerra, encontramos mercadorias como tabaco, açúcar, armamentos, tecidos, velas e azeite.³⁸ A prática era de dividir este botim entre os indígenas que guerreavam, como forma de retribuição à ajuda prestada e mesmo como pagamento das despesas que a Companhia de Jesus e os missioneiros tiveram até este momento. Além destes saldos de guerra, havia a preocupação do destino que teriam os prisioneiros desta contenta. Os portugueses, quando liberados, eram enviados para locais distantes: para o Brasil, ou para alguma parte da América espanhola, como o vice-reinado do Chile. Os negros foram vendidos entre os buenaienses em forma de leilão. Por fim, os prisioneiros indígenas eram enviados aos povoados vizinhos de Buenos Aires, para ficar sob a tutela de algum colono, com a idéia de que estes índios, na maioria de origem tupi vindos do Rio de Janeiro e São Paulo, poderiam ser importantes como contingente populacional.³⁹ Nota-se na documentação, principalmente neste caso, o status jurídico diferenciado que o indígena carrega. Embora seja notório o status inferior que o nativo ocupa na sociedade de antigo regime em relação ao branco europeu, as decisões que eram tomadas por parte das coroas ibéricas em relação ao destino dos nativos americanos tinham um tom de precaução, com vistas a ter domínio sobre esta população na região fronteiriça, onde ela é fundamental para os projetos coloniais ibéricos.

Quanto a esta preocupação especial com os indígenas, no inventário do repartimento dos prisioneiros de guerra entre os habitantes dos povoados próximos a Buenos Aires, discriminou-se a distribuição dos tupis entre os habitantes daquela região.

³⁶ Coleção de Angelis. Tomo V. p. 35

³⁷ Coleção de Angelis. Tomo V. p. 37

³⁸ Campaña del Brasil, p. 238

³⁹ Campaña del Brasil, p. 242 – “Doze Yndios de nacion tupis q.º apresso el mrê. de Campo Ant.º de Vera Y remetio Prisioneiros a este Castillo salieron del Y se repstieron entre los vez.ºs de esta ciu.º a treinte y uno de Julio de este dho. ano.”

Ao final da lista de repartimento, frisava-se o cuidado que se deveria ter com os índios tupis aprisionados, “*haziendoles buen tratamiento sustenttandoles, dandoles de bestir Y toda buena dottrina Y enseñanssa en nra. ss^{ta} ffee cattolica*”⁴⁰, com fins de quando necessário o governador de Buenos Aires os pudesse requerer para algum uso, principalmente o militar.

Tendo a Colônia do Sacramento sido invadida e tomada pelas forças combinadas dos guaranis e buenaienses, só voltaria ao domínio português através do Tratado Provisional, de 7 de maio de 1681, em que a cidadela era devolvida aos lusitanos com condições restritivas à ocupação da campanha da banda oriental e à construção de fortificações ou estruturas de pedra (inclusive casas) que denotassem o desejo de fortificação.⁴¹ Neste acordo de paz entre as coroas ibéricas, aparece no parágrafo 5º a preocupação que os espanhóis tinham em relação aos contatos dos lusitanos com as reduções no espaço platino, ficando acertado que não haveria relações comerciais com os vassalos da S. M. Católica, muito menos tentativas de relações de amizade entre as partes.

CAPÍTULO II

DO TRATADO PROVISIONAL À SEGUNDA TOMADA DA COLÔNIA DO SACRAMENTO.

⁴⁰ Campaña del Brasil, p. 255

⁴¹ Coleção de Angelis. Tomo V. pp. 73-75

Devolvida a Colônia do Sacramento aos portugueses em 1681, a situação no Prata iria ter modificações nas relações entre os envolvidos nas disputas pelo espaço. Indício das mudanças que a Colônia do Sacramento irá provocar na política hispanoamericana é a fundação dos Sete Povos das Missões no noroeste do atual Rio Grande do Sul. Segundo Fábio Kühn, as missões foram fundadas como resposta espanhola à presença portuguesa no Prata. O autor salienta que as missões jesuíticas, além de serem iniciativas religiosas, eram também instituições de fronteira na disputa ibérica por territórios no Prata.⁴²

A documentação mostra o aumento da preocupação com a presença portuguesa, principalmente em Buenos Aires, após a afirmação do Tratado Provisional. O ainda governador de Buenos Aires, D. José Garro, três meses após o acordo entre as coroas ibéricas, correspondia-se com o padre superior das missões do Uruguai e Paraná para que lhe mandassem 500 índios e 1.000 famílias para fundar uma redução junto a Buenos Aires. Entre as justificativas, estava o receio dos problemas que a presença lusitana poderia trazer aos buenaireses.⁴³

Os buenaireses, já em 1699, solicitavam à Majestade Católica que concedesse licença para um novo desalojo dos portugueses da Colônia do Sacramento.⁴⁴ Nesta explanação dos motivos pelos quais os lusitanos estavam se tornando uma presença incômoda, há a ocupação da campanha, a consequente extração do couro e os assédios dos portugueses às populações indígenas, algo que estava proibido pelo Tratado Provisional de 1681. Neste pedido de Buenos Aires à coroa espanhola, está frisada a importância dos índios reduzidos que têm estancado o avanço português rumo o interior do continente, e não fossem as reduções jesuíticas às margens dos rios Uruguai e Paraná, o território platino já teria se tornado lusitano. No entanto, após toda uma explanação de enaltecimento do valor dos missionários como súditos espanhóis, a correspondência deixa claro que os castelhanos não poderiam se basear, exclusivamente, nos índios para a defesa do seu território, “*por la natural facilidad deste gentío en mudar de dominio sin que dichos religiosos lo puedan remediar, respecto de tenerlos solo sujetos con la bandera de la cruz*”.⁴⁵ Esta preocupação com a instabilidade das alianças com os indígenas missionários justifica-se pela maior presença dos portugueses na banda oriental, o que aumentou os contatos e as possíveis

⁴² KÜHN, Fábio. Breve História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002. p.43

⁴³ Coleção de Angelis. Tomo V. p. 82

⁴⁴ Campaña del Brasil. pp. 376-380.

⁴⁵ Campaña del Brasil. p. 378

alianças entre lusos e indígenas, por mais que estas alianças fossem temporárias ou se fizessem apenas trocas comerciais, como a venda de cavalos e armamentos aos habitantes da Colônia do Sacramento.

Todavia, a maior preocupação que os castelhanos tinham eram os contatos lusitanos com os índios não-reduzidos da banda oriental do rio Uruguai. Estas relações eram tanto nos contatos comerciais quanto militares, dois aspectos que andam junto dentro desta conjuntura. A seguir há a declaração de um índio ladino, conhecedor da língua espanhola e guarani, de nome Gerônimo, sobre os contatos entre lusos e tribos “infieis”:

“Yo [entrevistador] lo pregunte al dicho q si sabia q los Yndios Yaros, Charruas y otros infieles de varias Naciones trataban y contrataban con los Portugueses q estaban en la Ciudadela y Colonia del Sacram.⁴⁶ dando cavallos a los Portugueses por cuchillos, ropa y otras cosas y de donde lo sabia y respondió q es verdad q los Yndios Yaros y Charruas y otros Infieles de otras naciones y el mismo con ellos avian ido alla a tratar y contratar con dhos Portugueses y q recibieron de ellos Cuchillos, machetes, y ropa de Castilla, alfanges, ojas de espadas en precio de los caballos.”⁴⁶

O governador de Buenos Aires, D. Manoel Prado de Maldonado reclamava das transgressões portuguesas referentes ao Tratado Provisional, principalmente na ocupação da campanha e nos contatos dos portugueses com os gentios da banda oriental. Em resposta às queixas do buenairense, o governador da Colônia do Sacramento, Sebastião de Veiga Cabral – que governou de 1699 até 1705, quando a cidade foi tomada novamente – dizia que eram os índios súditos da Majestade Católica que frequentavam as cercanias da cidadela portuguesa e hostilizavam os moradores lusitanos. O governador queixa-se do caso de três índios reduzidos que foram até Colônia do Sacramento. Quando chegados à fortaleza, Sebastião de Veiga os recebeu com toda hospitalidade, dando-lhes de comer e guardando seus cavalos. Pela madrugada, os três índios fugiram roubando 37 cavalos, traindo a confiança que os portugueses haviam lhes depositado. Ao final, ele diz que isto não é um comportamento de que se espere de índios que foram educados segundo os preceitos da Companhia de Jesus, pois ele mesmo havia crescido entre os jesuítas.⁴⁷ É possível que estes índios, embora missioneiros, não voltassem para as reduções com os cavalos roubados, e

⁴⁶ Coleção de Angelis. Tomo V. p. 127

⁴⁷ Campaña del Brasil. p. 385

fossem engrossar as povoações das tribos “infiéis”, já que a presença destes indivíduos entre os súditos castelhanos poderia causar crises diplomáticas entre os ibéricos.

A presença portuguesa nesta segunda fase da Colônia do Sacramento, pelo fato de seu estabelecimento estar assegurado mediante o Tratado Provisional, modificava a relação dos índios infiéis com as populações castelhanas e os povos missioneiros. Doravante, havia uma força capaz de contrapor junto aos infiéis as possíveis contendas com os súditos da Espanha. Nos anos 1701-1702, houve na banda oriental um conflito entre os guaranis missioneiros e uma confederação de índios “infiéis”, entre eles charruas, yaros, bohanes e valomares.⁴⁸ Estes índios vinham provocando hostilidades entre as populações castelhanas, e por isso os guaranis foram movidos a fazer uma guerra punitiva a estes ameríndios. Segundo Diego Bracco, entre as justificativas para se promover a guerra contra esta confederação estava a perigosa aliança deles com os portugueses:

“Por todo lo cual consideraba la guerra lícita e necesaria, y antes defensiva que ofensiva. Por último, destacó que tantos ‘infielos’ ‘armados y locos con las victorias’ eran peligrosos para las Misiones y pueblos de españoles, principalmente por su alianza con los portugueses.”⁴⁹

Na análise deste conflito envolvendo de um lado as forças dos guaranis missioneiros e corpos hispanoamericanos e de outro lado os índios “infiéis” com apoio dos portugueses, Diego Bracco chegou à conclusão de que os portugueses buscavam alianças entre os índios não-reduzidos, e estes viam nos lusitanos a possibilidade de tirar alguns proveitos, como alguns mimos e instrumentos de guerra, e pelo fato de a aliança portuguesa não provocar a redução, podendo-se manter no seu modo de vida nômade, politeísta, poligâmico etc.⁵⁰ No entanto, o autor salienta que estas alianças não eram fixas, encontrando no lado do exército missioneiro índios que fugiram de sua tribo “infiel”, assim como há guaranis lutando nas forças dos charruas, yaros, bohanes e valomares.

⁴⁸ BRACCO, Diego. “Un estudio de la guerra de 1701-1702”. In: Charruas, Guenoas e Guaraníes. Interacción e destrucción: indígenas en el río de la Plata. p. 197

⁴⁹ Idem. p. 200

⁵⁰ Idem. p. 211 – “Narró el gobernador [Sebastião de Veiga Cabral] que el diecisiete de mayo de 1701 llegaron a Colonia ocho indios charruas, incluidas dos indias hijas de caciques, con el único propósito de visitarlo. Los obsequió en todo lo que pudo, en particular a las mujeres, permitiéndoles que pasearan por el pueblo. [...] La difusión de ese agasajo entre los ‘infielos’ determinó que no sólo los de esa *nación* sino también los *Minuanes*, *Xaná*s, *Serranos* e *Boganes* fueron a darle obediencia. Por tanto, todos se sujetaron a la del Rey de Portugal, ya que ‘*lo servía un hombre que de gracia les daba tanto*’.”

Num memorial escrito em 6 de junho de 1702, os superiores das Missões do Paraná e Uruguai, padres Juan Batista de Zea e Matheos Sanchez, relatavam as hostilidades que os índios yaros vinham cometendo nas reduções.⁵¹ Na denúncia dos crimes cometidos por estes ameríndios, está a informação de que contavam com o apoio dos portugueses estabelecidos na Colônia do Sacramento, tanto para suprimentos bélicos, homens ou refúgio quando eram procurados pelos castelhanos. São palavras dos padres:

“Lo segundo informan del evidente riesgo y peligro que dichos veinte y ocho pueblos de V. M. corren con la cercania de la Ciudadela y Colonia del Sacram.¹⁰ q los Portugueses tienen vecina y contigua de los pueblos de V. M. y del riesgo e peligro que así mismo corren de los Yndios Ynfieles y malechores, que median y estan rancheados entre dichos veinte y ocho pueblos de V. M. y dicha Ciudadela del Portugues, pues es cierto q el Portugues ayudado de los Ynfieles, o los Ynfieles ayudados del del (sic) Portugues an de destruir la lucida Christianidad q V. M. tiene en dichos veinte y ochos pueblos.”⁵²

Estes mesmos padres superiores das missões, reivindicavam frente à coroa espanhola maior reconhecimento, pois os índios missioneiros eram a garantia castelhana de resguardo da fronteira frente a ameaça portuguesa. Eles lembram que graças às forças missioneiras os portugueses foram expulsos da Colônia do Sacramento em 1680, provando que os povos missioneiros do Paraná e Uruguai eram a única defesa efetiva contra a presença lusitana.

Há um documento que revela a preocupação das lideranças guaranis referente aos prejuízos que a presença portuguesa têm causado no Prata. É um informe aos padres superiores da Companhia de Jesus, escrito pelos caciques e corregedores dos vinte e oito povos missioneiros, no qual o objetivo principal é expor o perigo em que se encontram. Segundo estas lideranças, os lusos estão começando a ligar, por via terrestre, os domínios do Brasil à cidade de Colônia do Sacramento. A segunda reclamação é que os portugueses ofereceram armas e proteção aos índios Yaros para fazer ataques às missões. E, por fim, os lusitanos e índios não-reduzidos estavam se tornando donos das vacarias da banda oriental do Uruguai, o que prejudicava a produção e comércio de couro por parte dos súditos espanhóis. Estes caciques e corregedores utilizaram, inclusive, o Tratado Provisional para sustentar as suas reclamações, dizendo que os portugueses estavam desrespeitando em diversos pontos o acordo.⁵³ O presente

⁵¹ Coleção de Angelis. Tomo V. p. 114

⁵² Coleção de Angelis. Tomo V. p. 115

⁵³ Coleção de Angelis. Tomo V. pp. 122 – 125.

testemunho é de fundamental importância, pois mostra a voz ativa que as lideranças missioneiras tinham dentro da disputa pelo espaço platino. Estes caciques e corregedores, ao utilizar da correspondência para firmar suas queixas, demonstraram que conheciam as leis e regras do sistema colonial para conseguir uma melhor posição espacial no Prata, utilizando termos jurídicos e os acordos entre as coroas ibéricas.

Devido a maior aproximação dos índios da banda oriental com a Colônia do Sacramento, os missionários intensificaram as patrulhas feitas na campanha com vistas a estancar o contato destas tribos com os portugueses. A instrução aos missionários que fariam estas excursões pela campanha era de tratar bem os índios encontrados, ao menos que fossem identificados com os que fizeram as hostilidades às missões. A ideia era de tentar convencer os indígenas hostis a ficar do lado dos espanhóis, já que estes lhes poderiam oferecer maiores vantagens, haja vista que tinham mais poder e riqueza que os portugueses da Colônia do Sacramento.⁵⁴

Na guerra que os guaranis missionários estavam movendo contra estas tribos hostis aos espanhóis, dever-se-ia impedir a fuga dos inimigos para a Colônia do Sacramento, onde poderiam obter refúgio no aliado português. Isto se dá pelo fato de embora os lusitanos possam abrigar os infieis yaros, charruas, bohanes etc., há a ordem vinda da coroa espanhola de não atacar a Colônia do Sacramento, em função de as coroas ibéricas estarem em paz e haver o desejo de evitar contendas. Isto modifica a situação de confrontos no Prata, em especial na banda oriental do Uruguai, já que a qualquer momento uma tribo hostil aos castelhanos pode refugiar-se nas fortalezas de Sacramento.

Todavia, esta situação de paz, em que eram proibidos os ataques à Colônia do Sacramento, começa a ser quebrada no velho mundo. Na Europa, Portugal e Espanha entraram em conflito por motivos que envolviam a sucessão ao trono espanhol, em 1704, o que veio a ter conseqüências nos conflitos entre as coroas ibéricas na região do Prata. Assim, no mesmo ano, o exército buenairense atacou a fortaleza da Colônia de Sacramento. Simão P. de Sá fornece o número de cinco mil espanhóis e nove mil índios

⁵⁴ Coleção de Angelis. Tomo V. p. 147 – “Vaya entendido en q por ningun Casso han de provocar a los Yndios q encontraren en las Campañas, aunq sean los q hostilizaron las Misiones y solo en caso de q estos ofendan a los nuestros se podran defender y an de procurar por medios de suavidad y buena paz traerlos a nuestra amistad ofreciendoles de mi parte no hazerles mal ninguno, sino conservar con ellos pazes e amistad, como ellos prometan no hazer daño ninguno en las Misiones, ni tratar con los Portuguezes en poco, ni en mucho, ni tener amistad con ellos, ni ir a la Colonia procurando por todos los medios q sugiriere la prudencia y discrecion dissuadirles de la amistad con los Portuguezes, y lo mucho q les importa el mantenerse en paz con los Españoles, q son mas valerosos y tienen mayores fuerzas y muchas Ciudades [...]”

como atacantes⁵⁵. Havia-se cogitado este número de nove mil indígenas missioneiros para o ataque da Colônia, mas os superiores das Missões do Uruguai e Paraná achavam que além de deixar as reduções sem defesa, um número tão elevado de combatentes só atrapalharia no transporte, sustento e comando das tropas. O número mais aceito seria de aproximadamente 4 mil indígenas e 700 hispanoamericanos, vindos de Santa Fé, Corrientes, Córdoba e Tucumán.⁵⁶ De qualquer forma, tanto os números oferecidos por Simão P. de Sá quanto por outras fontes excedem a quantidade de defensores que dispunham os portugueses para resistir ao ataque espanhol, chegando apenas aos setecentos militares. Além disso, temos que levar em conta que Simão P. de Sá cometeu este exagero porque queria narrar uma história da grandiosa defesa que os portugueses tiveram no cerco de 1704-1705.

As informações referentes à participação dos indígenas nos combates deste cerco que durou sete meses é escassa. No entanto, existe um documento escrito em guarani por um índio missioneiro, intitulado “*Diario hecho por un indio de lo que sucedió en el segundo desolajamiento de los Portugueses [de la Colonia de Sacramento] en 10 de septiembre de 1704 [hasta el 18 de marzo de 1705]*.”⁵⁷ Infelizmente não tive acesso à versão completa do diário, sendo que analisei apenas fragmentos selecionados pelo pesquisador que traduziu algumas páginas. Na sua narração, encontramos informações preciosas do cotidiano de guerra, da sua percepção de conflito entre as coroas ibéricas, colocando sempre os lusitanos enquanto inimigos, e narrando episódios de guerra, como este em que os lusitanos tentavam enganar as forças hispanoamericanas:

“También ya oscuro los indios y también los españoles se fueron acercando al simulacro de castillo, obra de los Portugueses: no era sino que los Portugueses habian hecho esa especie de Castillo solamente para engañar; ahí están todo día de ordinario; ahí solamente hacen ruido con los arcabuces; pero de noche lo cierto es que había sido que entraban todos en sua plaza; allí dejan solamente sus propias figuras y espantajos de cuero, y les ponen sombreros en la cabeza, y en una y otra mano un arcabuz, hasta un simulacro de canón ponen ahí.”⁵⁸

⁵⁵ SÁ, Simão Pereira. História Bélica e Topográfica da Colônia do Sacramento. p. 32. “Com a dezanada resposta formarão o exercito em tres columnas no Arrayal de Veras, o qual constava de cinco mil Espanhoes, e nove mil Indios.”

⁵⁶ Campaña del Brasil – p. 432

⁵⁷ MELIÀ, Bartolomeu. Un Guarani reportero de guerra. Revista paraguaya de reflexión y diálogo. Assunción, n. 208, pp. 20-23, outubro de 2000.

⁵⁸ Idem, p. 221.

Este documento quando publicado em sua integralidade, para além das informações do cerco que pode trazer, será um importante testemunho para a análise da visão indígena de disputa territorial na região fronteira do Prata. Espero que num futuro próximo os historiadores tenham maior acesso aos documentos produzidos por ameríndios⁵⁹ para incluir nos seus estudos históricos as suas perspectivas, podendo assim contrastar com as outras visões.

CAPÍTULO III

DA PAZ DE UTRECHT AO CERCO 1735-1737.

⁵⁹ NEUMANN, Eduardo. De letra de índio: cultura escrita e memória indígena nas reduções do Paraguai. *Varia História*, v. 41, p. 177-196, 2009.

Dez anos após a tomada de 1705, os lusitanos voltavam à praça no Prata. Diferentemente das fases anteriores, esta foi caracterizada pela maior ocupação portuguesa das campanhas da banda oriental do Uruguai, com vistas à obtenção de couro através da preia nas vacarias e da produção agrícola, especialmente o trigo.

Neste período, portanto, as disputas entre os diferentes agentes envolvidos dar-se-á pelo domínio da campanha, sendo que os portugueses realizam suas atividades de extração do couro e produção agrícola, os buenaienses defendem que as campanhas são como uma reserva para manter a cidade e os missioneiros as reivindicam como extensão das suas estâncias desde as reduções orientais. Num contexto de contenda por um espaço tão dilatado como a banda oriental, a ação dos grupos indígenas locais será de fundamental importância para o sucesso da ocupação e utilização da campanha.

Poucos anos após a reocupação portuguesa, as autoridades espanholas demonstravam a preocupação da presença portuguesa na embocadura do rio da Prata, mais especificamente nos campos de Montevideu. O problema de um estabelecimento português naquela localidade era o controle da entrada do rio, além da atividade de extração do couro a leste da Colônia do Sacramento até Montevideu. Para realizar estas atividades de preia do gado nestas paragens, os lusitanos contavam com o apoio de um grupo indígena local, os minuanos, que habitavam o litoral uruguaio.⁶⁰ Em contrapartida, estes índios recebiam dos lusitanos artigos que lhe eram preciosos, como o tabaco, aguardente, roupas, sapatos e outros artigos europeus.

Em 1721, Bruno Maurício de Zavala, governador de Buenos Aires, recebia uma cédula real na qual havia instruções para conter os portugueses no território condizente ao “tiro de canhão” e, principalmente, para não medir esforços para fazer cessar os contatos dos lusos com os minuanos. Mas não bastava a quebra destes contatos. Segundo o documento, os buenaienses deveriam persuadir os minuanos a servir à coroa espanhola, e, caso não fosse possível esta submissão, mover ataques contra os gentios. Nota-se que a estratégia é sempre, num primeiro momento, uma

⁶⁰ Campaña del Brasil – p. 467 “Navios extranjeros frequentaban sus viajes al Puerto de Montevideo, y sacaban de el gran porcion de Coranbre libremente y sin embarazo alguno, asistidos de los Indios que havitan aquellas Campañas, a los cuales procuravan tenerlos gratos a poca costa para facilitar mejor sus intereses y comercios en aquellas partes”.

Este trecho também demonstra o auxílio dos minuanos nas atividades de extração do couro nas proximidades de Montevideu: “Disteis cuenta ente ôtras cosas de la comunicacion que los Portugueses de la colonia del Sacramento, tenian con naturales de esa Jurisdiccion, en cuias costas hacian comercios ylicitos, y con la comunicacion que tienen con los Yndios Minuanes, sacavan grandes porciones de carnes, y coranbre.” p. 478.

tentativa de aproximação dos grupos indígenas pelo contato amistoso, oferecendo a suserania de forma diplomática. Caso os nativos não queiram a vassalagem do rei Católico, então a saída é a “punição” para que sirva de exemplo a quem queira manter contato com os lusitanos. O trecho seguinte ilustra esta situação:

“Por lo respectivo a los Yndios Minuanes procurareis asi mismo practicar con ellos los medios suabes que discurriréis y tubierdes por mas eficazes para atraerlos a Vro. Partido y vassalaje mio pero sino vastaren estos, y en fuerza de verse agasajados de los Portugueses continuaren su enemistad con mis Vassalos y prossequiren en hacer ostilidades solizitareis en tal Caso atacarlos”⁶¹

Os guaranis missioneiros reivindicavam as “Vacarias del Mar” como território de posse das reduções jesuíticas, como extensões ao sul dos domínios dos povos reduzidos. Quando os portugueses voltaram à Colônia em 1715, desde cedo os missioneiros buscaram pelas vias jurídicas o domínio da campanha, principalmente para ter acesso aos rebanhos de gado vacum para a courama. Em documento de 15 de julho de 1716, o “pueblo de San Joseph” demonstra, através de meios jurídicos, o direito que os índios reduzidos têm aos territórios da campanha.⁶² No período de 1715 ao cerco de 1735, parece que o problema enfrentado pelos povos missioneiros era a ocupação que os portugueses estavam fazendo da campanha uruguaia. A atividade da extração do couro através da caça ao gado xucro possibilitava aos lusitanos um estabelecimento mais consistente na banda oriental. Os missioneiros tentavam estancar este avanço rechaçando os portugueses rumo ao sul, para que ficassem restritos à cidadela da Colônia do Sacramento.

Assim, em 1718, quinhentos guaranis rumaram à Colônia para travar o avanço dos lusitanos à campanha. No embate, a tropa dos guaranis queimou grande quantidade de couro português.⁶³ Três anos mais tarde, eles voltavam à Colônia do Sacramento com

⁶¹ Campaña del Brasil – p. 473.

⁶² Coleção de Angelis. Tomo V. pp. 163 – 164. “El P.^e Joseph Pablo de Castañeda de la Compañia de Jesus Sup.^f de ambos Rios Parana e Uruguay, que habitan los indios Guaranies y Tapes y de los Religiosos que en ellos residen por orden de su Mag.^e que Dios g.^{de} Dixo, que por quanto es muy conveniente y necessario para la conservacion y aumento en lo Espiritual y temporal de las reducciones y doctrinas de indios que estan a cargo de la Comp.^a de Jesus en dhos Rios el que se haga una informacion que presentada en los Tribunales haga la feê que segundo drho pudiere del derecho y possession, que los indios Guaranies y Tapes an tenido y tienen a las vaquerias del mar.”

⁶³ Coleção de Angelis. Tomo V. p.312. “El año mil setecientos y diez y ocho por orden del S.^f D. Bruno de Zavala, fueran con sus armas, Caballos y avios quinientos Indios â uma Correria de la Campaña de la baqueria hacia la Colonia, para echar de ella a los Portugueses, que se eprovehaban de ella con grandes ganancias de corambre, grassa, cecina y lenguas.”

o mesmo objetivo: “*fuera a las mismas Campañas docientos Indios armados para contener a los Portugueses en los terminos señalados, q avian propassado*”.⁶⁴

As reclamações dos guaranis missioneiros quanto à posse da campanha eram respaldadas pelo governo de Buenos Aires, que por vezes emitia ordens proibindo espanhóis de utilizar as Vacarias del Mar, já que eram de posse dos indígenas. O governador D. Miguel de Salcedo, em 1735, expedia uma ordem, proibindo os espanhóis de transitar pela região, alegando que “*en ellas executan nò pocas extorciones y rovos, quitandoles a los Yndios el sustento preciso y nezessario que tienen para su manutens.*”⁶⁵

Montevidéu, portanto, foi fundada para resolver dois problemas castelhanos: a presença portuguesa, aliado aos minuanos, na entrada do Prata e seria um ponto de equilíbrio em relação à ocupação da campanha, fator que os missioneiros chamavam a atenção para o problema desde 1715. Na fundação da fortaleza de Montevidéu, que ocorreu no período 1723-28, foi utilizada a mão-de-obra dos guaranis. É comum na documentação deste período reclamações dos jesuítas e indígenas quanto à remuneração que receberam pelos serviços prestados, sendo apenas algumas roupas e poucos “reales”, causando, inclusive, prejuízo às economias dos povos missioneiros.⁶⁶

O cerco de 1735-37 foi o mais longo ataque que a Colônia do Sacramento sofreu das tropas castelhanas aliadas aos guaranis. Segundo Silvestre Ferreira da Silva, o cerco impedia o acesso dos portugueses à campanha e a entrada de embarcações da América portuguesa que traziam mantimentos e instrumentos de guerra foi prejudicada. O resultado deste bloqueio foi a fome generalizada entre os habitantes da cidade, sendo que “*a fome (como fera que tudo atropela) nos obrigou a comer cavallos, cães, gatos, e outros immundos animaes que procurava a necessidade*”.⁶⁷

Embora este cerco seja o mais longo, as fontes não são tão generosas quanto a participação indígena se comprados ao primeiro e segundo assalto. Sabe-se que quando do ataque em 1735, as reduções estavam passando por um momento de fome e guerra contra os índios hostis no Paraguai. Mesmo assim, saíram aproximadamente 3.000 missioneiros, em agosto deste ano, rumo ao sul para servir a Magestade Católica na

⁶⁴ Coleção de Angelis. Tomo V. p. 312

⁶⁵ Coleção de Angelis. Tomo V. p. 255.

⁶⁶ Coleção de Angelis. Tomo V. p. 277. “Finalm.^{te} dice el declarante que los tres años que cuido de ellos en Montevideo no recibieron dhos Indios otra paga que seis baras de ropa de la tierra, entre Bayetas e Pañete cuyo precio es de ocho reales bara: con que toda la paga del travajo de cada uno uno cada año se reducía a quarenta y ocho reales.”

⁶⁷ Relação do Sítio da Nova Colônia do Sacramento. p. 96

contenda contra os portugueses, não obstante “[...] *la suma miseria q padecen los pueblos por la hambre y falta de Cavallos q es tanta, q los mas fueron a pie para servir al Rey su Señor [...]*”⁶⁸

Assim como em 1680, no cerco de 1735-37 há um caso de comércio dos missioneiros com os portugueses em plena guerra. Desta vez, o governador D. Miguel de Salcedo intimou o padre Lorenzo Daffe a se retirar com os seus respectivos guaranis porque estavam fazendo comércio com os portugueses.⁶⁹ Na sua ordem ao jesuíta, deixou claro que na volta para as missões não deixasse escapar nenhum índio pela campanha, com o intuito de que eles não se misturassem entre as tribos “infiéis” e viessem a ajudar os portugueses. Este caso reitera a ideia de que as alianças nesta região de fronteira eram instáveis, e assim como os guaranis sacrificavam-se (como na construção de Montevidéu) para servir à Magestade Católica, em alguns casos poderiam agir conforme os seus interesses, fazendo comércio com o inimigo português em tempos de guerra.

Eis a tensão, estabelecer um modelo de análise que comporte tanto atitudes individuais como coletivas. Logo é necessário deixar de conceber as partes litigantes como “blocos”. Há que focar nos sujeitos e suas lógicas e táticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

⁶⁸ Coleção de Angelis. Tomo V. p. 316

⁶⁹ Coleção de Angelis. Tomo V. p. 334

Num passeio pela Colônia do Sacramento, encontramos uma placa próximo ao pórtico da cidade com a seguinte inscrição:

“La antigua Colonia del Sacramento, fundada em 1680 por Portugal, fue un enclave comercial y militar, protagonista de una contraversia historica entre *España e Portugal*. Sujeto de guerras y tratados durante un siglo, conserva un trazado urbano unico en la región y testimonios arquitectonicos valiosos de los distintos periodos de este rico pasado con un sencillo perfil popular”.⁷⁰

A ideia que é passada nesta placa explicativa sobre a história da cidade é que portugueses e espanhóis disputaram por um século aquele território. Esta percepção é fruto de uma historiografia, que na leitura dos documentos, apenas viu a disputa entre as monarquias ibéricas pelo Prata. O presente estudo sobre este espaço, no período de finais do século XVII e início do XVIII, procurou contemplar nas fontes uma leitura da participação indígena nestas disputas.

Assim, os guaranis missioneiros estavam constantemente envolvidos nas contendas que envolviam portugueses e castelhanos. Em todas as tomadas da Colônia, como vimos, foram utilizados como contingente de guerra, o que dava aos castelhanos superioridade numérica frente aos portugueses. No entanto, dentro da guerra, estes ameríndios moviam-se de acordo com os seus interesses, promovendo, mais de uma vez, comércio com os portugueses, indo contra os planos de guerra designados pelos castelhanos. Estes casos atestam que as alianças entre ibéricos e indígenas, no ambiente de fronteira, não podem ser tomadas como permanentes e inequívocas, pois, de acordo com a situação, poder-se-ia tirar algum proveito, mesmo que isto denotasse a quebra da aliança.

Além disso, os índios das Missões aparecem, em diversos momentos neste período, reivindicando frente à monarquia espanhola o direito de uso das campanhas, utilizando do sistema jurídico de antigo regime para pleitear seus desejos de posse daqueles territórios.

Quanto aos índios “infiéis” da banda oriental do Uruguai, havia uma maior aproximação aos lusitanos, embora possamos dizer que os contatos com castelhanos e missioneiros também eram constantes. A explicação para esta preferência destes grupos indígenas pelos portugueses passa pelo fato de estes não desejarem a redução, política que era adotada com preferência pela monarquia espanhola, ao contrário da portuguesa,

⁷⁰ Grifos meus. Ver anexo 2, que é a fotografia da placa citada.

que mantinha os seus aliados na condição natural deles, qual seja, de poligamia, politeísmo e uma vida nômade ou semi-sedentária.

Estes grupos indígenas locais foram importantes aliados dos portugueses nos embates pelo espaço platino, principalmente contra os missioneiros. Charruas, minuanos, yaros, bohanes, chanaes e outros grupos da banda oriental, auxiliavam não só nos ataques às reduções ou povoados castelhanos, mas também nas atividades de extração do couro caçando o abundante gado xucro desta região ou comercializando cavalos, quando os limites da Colônia do Sacramento não permitiam a expansão portuguesa pela banda oriental. Assim, estes grupos faziam as suas escolhas: ficar ao lado dos lusitanos, ou castelhanos, levando em conta as vantagens que cada coroa poderia oferecer, ou seja, a questão da manutenção da liberdade de movimentação era importante, além das vantagens comerciais, sendo que quem oferecesse melhores recompensas ganharia o apoio destes importantes contingentes populacionais numa zona de fronteira.

Na comparação aos três momentos de análise das tomadas da Colônia do Sacramento, nota-se a maior recorrência às populações indígenas no primeiro e segundo ataque. Talvez isto se explique pelo fato de que no início da ocupação lusitana às margens do Prata, a presença dos dois lados ibéricos era mais instável, e por isso a busca por alianças com os grupos indígenas era uma forma de assegurar uma superioridade frente ao inimigo. Assim, no cerco de 1735-37, embora seja o mais intenso e longo, as referências à participação indígena é menos presente que o de 1680, que durou poucos meses, contando o período de preparação para a guerra.

As fontes, por serem quase todas produzidas por portugueses e espanhóis, não permitem uma visão muito explícita de quais os interesses que moviam os indígenas a fazer as alianças com os lusitanos ou castelhanos. No entanto, pela informação indireta que os ibéricos deixaram na documentação, pode-se analisar o que movia os indígenas a escolher seus aliados. E mais: as fontes, principalmente na primeira fase da Colônia do Sacramento (1680-1705), demonstram a preocupação por ambos os lados ibéricos que se tinha de não deixar com que o opositor fizesse alianças com os grupos indígenas locais, com vistas a não fortalecer as forças inimigas. Foi assim que, por vezes, os buenaienses, aliados aos missioneiros, atacaram os indígenas aliados dos portugueses.

Os indígenas sabiam desta preocupação que movia os interesses lusos e castelhanos na região, e souberam aproveitar a situação de fronteira para tirar vantagens comerciais ou de proteção, como quando os yaros refugiavam-se nas fortalezas da

Colônia do Sacramento, pois os espanhóis não poderiam ali adentrar por estar em paz com a coroa portuguesa.

Elisa Garcia atentou para a seguinte lacuna:

“Os momentos de maior necessidade dos portugueses em relação às alianças com os índios foram na manutenção da Colônia de Sacramento, embora os estudos sobre a mesma costumem ignorar ou subestimar a importância dos indígenas para a sua sobrevivência”⁷¹

O presente estudo procurou contribuir para sanar esta lacuna sobre a participação indígena nas disputas pelo espaço que envolve a Colônia do Sacramento. É um pontapé inicial para o cotejamento do problema, que futuramente desejo estudar com maior fôlego, período e leitura de diferentes fontes, sempre com o olhar da participação ativa e da importância dos nativos no espaço platino.

ANEXOS

⁷¹ GARCIA, Elisa Frühauf. As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América Portuguesa. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009. p. 237.



Anexo 1 - Placa de rua da cidade da Colônia do Sacramento em memória aos índios tapes.



Anexo 2 - Placa explicativa do valor histórico e cultural da cidade da Colônia do Sacramento, sendo que foi incluída na lista de proteção do patrimônio cultural e natural mundial pela UNESCO.

FONTES PUBLICADAS CONSULTADAS:

Campaña del Brasil : antecedentes coloniales. Buenos Aires : Archivo General de la Nacion, 1931-1939. Disponível no setor de documentos históricos da biblioteca da ULBRA – Canoas.

CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (1750)*. Parte III – Antecedentes do Tratado – Tomo I. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1950.

OSÓRIO, Helen (org.). *Catálogo de documentos da Colônia do Sacramento e Rio da Prata existentes no Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa*. Porto Alegre: IFCH-UFRGS; Rio de Janeiro: Editorial Nórdica, 2002.

SÁ, Simão Pereira de. *História topográfica e bélica da nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata*. Versão transcrita. Porto Alegre: Arcano 17, 1993.

SILVA, Silvestre Ferreira da Silva. *Relação do Sítio da Nova Colônia do Sacramento*. São Paulo: LXVIII Coleção da Revista de História sob a direção do Professor Eurípedes Simões de Paula, 1977.

Notícia e justificação do título e boa fé com que se obrou a Nova Colônia do Sacramento, nas terras da Capitania de São Vicente, nas margens do Rio da Prata. In: Revista do Arquivo Municipal de São Paulo Vol. CLXXXI – Ano XXXIII, 1977. pp. 49-88

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Luís Ferrand de. *A Colônia do Sacramento na época da Sucessão de Espanha*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1973.

_____, Alexandre de Gusmão, o Brasil e o Tratado de Madrid (1735 – 1750). Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990.

BRACCO, Diego/ MAZZ, José M. Lópes. “*Charruas, pampas y serranos, chanés y guaraníes. – La insurrección del año 1686*”. Montevídeu: Tradinco, 2006.

BRACCO, Diego. *Charrúas, guenoas y guaraníes: interacción y destrucción. Indígenas en el Río de la Plata*. Montevídeu: Linardi y Risso, 2003. (Cap IV. Un estúdio de la guerra de 1701-1702. pp.197-262).

GARCIA, Elisa Frühauf. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América Portuguesa*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

_____, *Quando os índios escolhem os seus aliados: as relações de “amizade” entre os minuanos e os lusitanos no sul da América portuguesa (c.1750 – 1800)*. Artigo publicado na revista *Varia História*, Belo Horizonte, vol.24, nº 40: p. 613 – 632, jul/dez. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/vh/v24n40/17.pdf>. Acesso: 20/05/2009.

HUGARTE, Renzo Pí. “*Los indios del Uruguay*”. Montevídeu: Ediciones de la Banda Oriental: 2007.

KÜHN, Fábio. “*Breve História do Rio Grande do Sul*”. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

MELIÀ, Bartolomeu. *Un Guarani reportero de guerra*. Revista paraguaya de reflexión y diálogo. Assunción, n. 208, pp. 20-23, outubro de 2000.

MONTEIRO, John Manuel. *Armas e armadilhas: história e resistência dos índios*. In: NOVAIS, Aduato (org.). *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

MONTEIRO, Jônathas da Costa Rego. *A colônia de Sacramento 1680 – 1777*. Porto Alegre: Globo, 1937.

NEUMANN, Eduardo. *Fronteira e identidade: confrontos luso-guarani na Banda Oriental – 1680/1757*. In: Revista Complutense de História de América, Madrid, 2000, 26: pp. 73-92.

_____, *De letra de índios: cultura escrita e memória indígena nas reduções do Paraguai*. Varia História, v. 41, p. 177-196, 2009.

_____, *A fronteira tripartida: a formação do continente do Rio Grande - século XVIII*. In: Luiz Alberto Grijó; Fábio Kuhn; Cesar Augusto Barcellos Guazzelli; Eduardo Santos Neumann. (Org.). Capítulos de história do Rio Grande do Sul.. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 25-46.

NOVAIS, Fernando A. *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial (séculos XVI – XVIII)*. São Paulo: Brasiliense, 1977.

OSÓRIO, Helen. *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. Dissertação de mestrado - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Curso de Pós-Graduação em Historia, Porto Alegre, 1990.

POSSAMAI, Paulo César. *A vida Quotidiana na Colônia do Sacramento – Um bastião português em terras do futuro Uruguai*. Lisboa: Editora Livros do Brasil, 2006.

_____, *A fundação da Colônia do Sacramento*. Mneme – Revista de humanidades. Dossiê Cultura e Sociedade na América Portuguesa Colonial, v.5, n. 12, out./nov.2004. Disponível em <http://www.seol.com.br/mneme>. Acesso: 27/10/2008.

_____, *O trabalho de negros e índios na Colônia do Sacramento*. Mneme – Revista de Humanidades. UFRN, v.9, n.24, Set/out. 2008. Disponível em www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais. Acesso: 20/05/2009.

_____, *A Colônia do Sacramento, o “Jardim da América”*. Artigo publicado na Revista de Estudos Ibero-Americanos. Porto Alegre: PUC-RS, v. XXX, nº 1, junho de 2004, pp. 33-46. Disponível em <http://gehscal.sites.uol.com.br/publica/Jardim.pdf>. Acesso: 20/05/2009.

PRADO, Fabrício. *A Colônia do Sacramento – o extremo sul da América Portuguesa*. Porto Alegre: Ediplat, 2002.

_____, *Colônia do Sacramento: a situação na Fronteira Platina no século XVIII*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 9, n. 19, p. 79-104, julho de 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ha/v9n19/v9n19a03.pdf>. Acesso: 02/10/2008.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da Silva. *Soldados, casais e índios no povoamento da Nova Colônia*. Universidade de São Paulo. Disponível em <http://cvc.instituto-camoes.pt/bdc/artigos/sacramento.pdf>. Acesso: 20/05/2009.